Mediação para a autonomia: alteridades em diálogo

Camila Silva Nicácio

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1272>

DOI: 10.4000/eces.1272

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Camila Silva Nicácio, « Mediação para a autonomia: alteridades em diálogo », *e-cadernos CES* [Online], 02 | 2008, colocado online no dia 30 janeiro 2014, consultado a 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1272> ; DOI : 10.4000/eces.1272

Este documento foi criado de forma automática no dia 2 Maio 2019.

Mediação para a autonomia: alteridades em diálogo

Camila Silva Nicácio

1. A contemporaneidade e os deuses caídos

- 1 Uma característica marcante da época contemporânea é sua capacidade de desdobrar-se e de abarcar, neste movimento, uma multiplicidade indelével de estilos, crenças, estéticas, ideologias, enfim, de culturas. Cada cultura, por sua vez, imprime à vida social seu ritmo, pretensões e contornos próprios, ao mesmo tempo em que se modifica sob a influência destes mesmos fatores e sob a inspiração/imposição de outras culturas. Daí podermos falar de sociedades polifônicas e altamente diversificadas. Se é evidente a constatação da heterogeneidade de tais sociedades e, por consequência, a existência de projetos de vida ou de visões de mundo também distintos que delas se extraem, não menos evidente é a dificuldade de harmonizar todas essas perspectivas.¹
- 2 Tal dificuldade se encontra em dois níveis diversos, pois, além de se dirigir à troca entre culturas diferentes - presentes, no entanto, em um mesmo plano espaço-temporal - o desafio por uma inter-compreensão autêntica e respeitosa se impõe também no interior de uma sociedade específica, altamente diferenciada dentro de seus próprios limites, ainda que disponha de uma matriz cultural e societária mais ou menos homogênea² Essa diferenciação não deixa camuflar, contudo, a unicidade de fonte em que tanto um quanto outro registro estão calcados: a aversão ao outro, a dificuldade de compreendê-lo e respeitá-lo segundo os seus parâmetros, a intolerância, enfim.
- 3 No que concerne o mundo ocidental, o desafio inaugural da suposta harmonização de que falamos data dos avanços científicos e tecnológicos que romperam com a visão de um mundo centrado e ordenado pela vontade divina, e por isso, mais previsível e equilibrado. Se a presença e a referência a deus e aos deuses fazem ainda parte intrínseca da nossa construção e percepção de mundo, fato incontornável é que as sociedades contemporâneas não mais se reconciliam sob o marco de uma justificativa metafísica à

sua existência e ao curso de seu desenvolvimento. Deus pode não estar “morto”, mas já esteve mais na moda.

- 4 De uma maneira prática, tal ruptura abre a possibilidade de um espaço de liberdade incomensurável, em que todos e cada um, inscritos no contexto de sociedades hipercomplexas e plurais, podem apostar em projetos de vida altamente diferenciados uns dos outros. Em outros tempos, criaria escândalo, por exemplo, a moda *punk* de adolescentes e seus corpos ornados de *piercings* e toda sorte de tatuagens, visão de mais a mais assimilada e dissolvida nos grandes centros urbanos como marca de uma heterogeneidade inegável e nem por isso mais perturbadora. De outro lado, as legislações que acordam direitos aos casais homossexuais ganham gradual e notavelmente mais espaço, mesmo em países de tradição fortemente católica - a Espanha sendo seu mais expressivo exemplo - o que, longe de representar uma aceitação unânime, depõe de uma diversidade genuína e, sobretudo, declarada.³
- 5 Tal liberdade, no entanto, só não é maior porque - gregária a natureza - vivemos sob o jugo de comungar de valores mínimos (ou máximos?) à existência e reprodução social.⁴ Face a um imperativo desse quilate, a possibilidade de confronto e de dissenso é igualmente ampliada a dimensões não imaginadas outrora. Como, afinal, conciliar o respeito à integridade e unicidade de culturas diversas (a princípio antagônicas) e a necessidade de partilhar de um mesmo contexto de mundo, cenário no qual tais culturas se negam, se boicotam e se reconhecem? De outra parte, no microcosmo, qual é o meio-termo entre a tolerância a subjetividades inequivocamente distintas e a premência de eleger marcos de igualdade que evitem discriminações?
- 6 Essas questões, integrantes centrais do debate em torno do multiculturalismo, evocam, a nosso ver, o tema da mediação, seja ela consubstanciada no diálogo intercultural, no diálogo societário ou no diálogo interpessoal. O próprio termo ‘multiculturalismo’ deixa inspirar, como que num exercício metalingüístico, um primeiro desafio à mediação: ou seja, para além do que ela pode eventualmente operar na tensão entre uma cultura e outra, está o fato de, simplesmente, ser entre tais culturais, de estar ou de sempre ter estado entre elas, como uma pré-condição para que tanto uma quanto outra existam. Um medium, um ponto de precário contato, um liame, ainda que tênue, para que as diferenças e similitudes se marquem e possam - cientes delas próprias - construir pontes mais maciças.

2. A mediação – um prelúdio possível

- 7 A mediação é um termo muito rico e igualmente controverso. Utilizada historicamente por chefes tribais, pajés, anciãos e conselheiros como método de pacificação e integração social, ela é retomada, nos anos 70 e 80, primeira e principalmente nos Estados Unidos, como forma “novidadeira” de resolução de controvérsias. O conceito mais usual é, aparentemente, simples e se impõe de maneira mais ou menos homogênea onde quer que se pratique: a mediação é um processo que busca a resolução de situações de conflito, através do qual uma terceira pessoa neutra - o mediador - auxilia as pessoas envolvidas a resgatarem o diálogo e construírem uma solução. É um processo voluntário, no qual as decisões negociadas são de autoria das partes, sendo o mediador um facilitador.⁵
- 8 Nesta perspectiva, a mediação ganhou terrenos antes insondados e firmou-se como vedete dentre os meios ditos “alternativos” de resolução de disputas, segundo a

nomenclatura norte-americana (“Alternative Dispute Resolution” - ADR). Pode-se falar hoje de um movimento em duplo sentido: a mediação está arraigada no meio social, mas tem ganhado espaço também nas próprias estruturas judiciárias, evidenciando uma dinâmica mais ampla em direção a uma ordem jurídica e social que se quer cada vez mais negociada.⁶

- 9 Inscrita no contexto das estruturas judiciárias, a mediação é, de regra, alvo de uma série de desconfiças: tanto em relação à segurança jurídica que deixaria eventualmente de proporcionar aos jurisdicionados, segundo aqueles que a consideram como a negação de “direitos” e/ ou de “procedimentos corretos”; quanto à sua efetividade, conforme a crítica que a julga como um procedimento a mais, e por isso infértil, pois que objetivada como seqüência natural de mecanismos já existentes, tal como a conciliação - um rito de passagem obrigatório antes de um processo *a priori* inevitável.⁷ Alguns resultados recentes podem, melancolicamente, confirmar tanto uma como outra suspeita.⁸
- 10 Igualmente vítima de questionamentos e detrações, é, portanto, no primeiro terreno, o social, em que a mediação tem oportunidade de multifacetar o conceito que lhe é normalmente atribuído e desvelar potencialidades marcadamente surpreendentes. Também nesse sentido, é a observação concreta que permite afirmar que uma plêiade incomensurável de ocorrências, dissolvidas nos vários contextos da experiência social, faz da mediação uma prática que atualiza (e harmoniza) no dia-a-dia pretensões diversas de direito, capturadas na emergência das situações que a ela se apresentam, seja na cena associativa, diplomática, política, comunitária, etc. Neste quadro, o sentido de ‘direito’ a que se afilia é aquele descrito por Hespanha, em seu “Le droit au quotidien”, no qual ‘direito’ “[...] corresponde a todas as normatividades produzidas em permanência pela vida sob a forma de sistema normativos espontâneos e autônomos [...]”, dos quais faz parte, inclusive, o direito oficial ou do Estado. Segundo o autor:

A vida quotidiana constitui de fato um mundo de vários níveis e formas de organização, uma organização ao mesmo tempo não reflexiva e aceite como evidente. A vida quotidiana é considerada como o mais autêntico dos mundos humanos, precisamente porque espontâneo, não mediatizado por projetos culturais heterônomos e porque enraizados em condições concretas de existência. As normas que produzem e informam (mais do que orientam) os comportamentos constituem assim o direito mais autêntico e mais efectivo, justamente porque ele é apromático, não reflexivo e perfeitamente adaptado às situações.⁹

- 11 Porque o quotidiano é cenário onde a vida social se descortina e essa, de mais a mais, apresenta formas particulares e diversas de regulação, a noção de direito do quotidiano pressupõe a emergência da internormatividade de que nos falam autores como Sousa Santos [1988, na ocorrência, “interlegalidade”, utilizada como sinônimo], Arnaud e Fariñas Dulce [1999], Macdonald [2002] e Le Roy [2002], como a relação entre ordens jurídicas distintas.¹⁰ A internormatividade pressupõe reciprocidade, embora não pressuponha equilíbrio: trata-se de um caminho de mão-dupla, da ordem estatal em direção às ordens informais e vice-versa, além do trânsito entre as informais elas mesmas. Ao nos apresentar a interlegalidade como a contrapartida fenomenológica do pluralismo jurídico, Sousa Santos, esclarece:

O pluralismo jurídico é um conceito chave para uma concepção pós-moderna do direito. Não se trata do pluralismo jurídico da antropologia jurídica tradicional, que concebe como entidades autônomas as diferentes ordens jurídicas que coexistem em um mesmo espaço político, mas preferencialmente de uma concepção de diferentes espaços jurídicos sobrepostos, combinados e misturados em nossos espíritos e nossas ações, seja nos momentos de saltos qualitativos ou crises

profundas nas trajetórias de nossas vidas, seja na modorra da rotina e na monotonia da vida quotidiana.¹¹

- 12 Não seria, então, oportuno reafirmar que o próprio termo internormatividade evoca, na sua raiz, mediações que se sucedem em planos diferentes da vida jurídica?¹² Ahamos que sim e é esse o pano de fundo e a justificativa da nossa reflexão. Da pretensão das Luzes de forjar uma normatividade única, centrada no Estado e operando em seus limites, visando a generalidade e a coerência de um sistema racional, passa-se gradual mas diametralmente à constatação de que, não sendo mais singular, a normatividade se desdobra em normatividades várias, que pululam em diversos contextos sociais, da maneira mais pontual, concreta e caótica que se poderia supor. Ou seja, no contexto de um Estado que vê em xequê seu poder regulador; de aparelhos judiciais submetidos a um julgamento rígido quanto à sua legitimidade; de sociedades cada vez mais descentradas que se produzem e se reproduzem em um ambiente de pluralidade e transição, a internormatividade é mais do que uma intuição crível a nos despertar para novas luzes sobre uma certa dimensão da mediação.

3. Nas asas do conceito

- 13 Tal dimensão – até então negligenciada e preterida pelo discurso oficial – remove o núcleo do seu conceito para além do aspecto da resolução de conflitos, em que se encerram a maior parte das definições praticadas atualmente. Diante de inúmeras classificações e concepções possíveis, apresenta o mediador francês Jean-François Six uma que, dentre outras, parece atender à riqueza de possibilidades abertas pela mediação. Segundo ele, um conceito de mediação tem que considerar preliminarmente que existem pelo menos quatro tipos de mediação: uma mediação criadora, outra renovadora; uma preventiva e outra criativa. As duas primeiras dedicam-se a fazer nascer ou renascer laços relacionais, enquanto as duas outras se destinam a administrar uma situação de conflito (seja ele eminente ou já deflagrado). As quatro visam estabelecer ou restabelecer a comunicação entre pessoas ou grupos: [...] a natureza da mediação é, inequivocamente, relacional [...].¹³ Esses quatro tipos de mediação realçam, portanto, uma de suas propriedades centrais, qual seja: aliar a eventual resolução de um conflito à preservação dos laços relacionais em questão.
- 14 Podem-se, além disso, pressupor quatro elementos indissociáveis do conceito de mediação, a saber: a terceira pessoa, o não-poder, a catálise e a comunicação. O terceiro, legitimamente credenciado a atuar, pode ser uma pessoa ou um grupo, a quem se franqueia a palavra, o tempo e a autoridade para intervir. Esse terceiro não tem nenhum poder além da mencionada autoridade franqueada, auferida e legitimada no processo e pelos procedimentos, segundos os quais a mediação opera.¹⁴ A mediação implica uma catálise na dinâmica das relações interpessoais ou intergrupais, vez que, como um catalisador, sem se desnaturar, altera os componentes e o produto final de uma determinada solução, acelerando o seu processo de transformação. O que se espera como resultado de tal processo não é outra coisa senão o estabelecimento ou a retomada da comunicação. Six ressalta ainda que, ao contrário da parte majoritária das experiências em mediação, a resolução do conflito não está necessariamente vinculada ao conceito de mediação. Segundo ele, o conflito, ao invés de ser ‘resolvido’ ou ‘expurgado’ por soluções artificiais, pode ser aceito e gerenciado pelas partes e adverte, lembrando Hannah Arendt, que “[...] é próprio do pensamento totalitário conceber o fim dos conflitos [...]”.¹⁵ O que se

deve evitar, porém, é que a violência se imiscua numa determinada relação, pois ela pode perverter o conflito, transformando adversários normais e legítimos em inimigos que não querem mais gerir seus problemas, mas, sim, dominar o outro.

- 15 Esse conceito, tal como desenvolvido, interessa-nos sobretudo porque, ao liberar a mediação da cantilena há muito conhecida da “resolução de controvérsias”, reforça seu potencial preventivo, o que, conforme dizíamos mais acima, enfatiza a mediação como algo que pré-existe ao conflito, como um lugar de encontro, que é estado latente, intermediário, em que duas realidades (intersocietárias, interpessoais, intergrupais, etc.) se esbarram e se redefinem ininterrupta e quotidianamente.¹⁶ A mediação revela-se, então, considerada especialmente em sua faceta preventiva, como um ambiente propício e concreto para que uma hermenêutica diatópica possa se desenvolver. Ao tentar estabelecer ou restabelecer a comunicação, na troca de impressões, de silêncios, palavras e gestos que possibilita, a mediação veicula tanto valores quanto pretensões de direito dos atores implicados em um contexto específico. Essa troca pode tanto se consubstanciar num “levar e trazer” ordinário, de todos os dias-em que se passa a maior parte da nossa sociabilidade-mas também ser qualificada, com a intenção de decifrar, de traduzir códigos de cultura e de interesse que a princípio não se conciliam ou não se entendem entre si.

4. Sobre a natureza da mediação

- 16 Segundo esse conceito ampliado, a mediação, além de 1) contribuir para a administração de um conflito e 2) para o incremento de práticas individuais e coletivas mais autônomas e cidadãs no gerenciamento da vida em sociedade, estaria igualmente apta a 3) abrir possibilidades para que um equilíbrio se estabeleça entre, de um lado, a busca comum de nos fazermos reconhecer e compreender - expressa na pretensão de sermos respeitados como iguais - e, de outro lado, a necessidade de, ao fazê-lo, sermos identificados e respeitados como únicos e singulares - na diversidade de nossas subjetividades e culturas.
- 17
- 17 Esse caráter multifacetado depõe sobre a natureza da mediação. Uma natureza singular, relacional, que definitivamente não mais se deixa confundir com as Marc's (“modes alternatifs de règlements de controverses”) a que nos referimos acima. Três fatores distintos, porém harmônicos entre si, justificam essa particularidade e tornam crível a hipótese hercúlea de uma tal tarefa tripartida.
- 18 O primeiro, de caráter estrutural, refere-se ao fato de que uma mediação nestes termos tem seu espaço retórico alargado, em que parte e outra constroem, no processo, segundo regras por elas mesmas estabelecidas, balizas com as quais poderão viver. Para além de uma eventual resolução de conflitos, o que se busca é a permanência - ainda que reinventada - ou a criação de laços de afeto, de solidariedade ou de confiança, para poder seguir. Essa lógica parece atender e abarcar tanto uma simples relação de vizinhança, quanto uma parceria comercial ou um diálogo entre culturas aparentemente antagônicas.
- 18
- 19 O aumento do espaço retórico a que nos referimos se expande em proporção inversa à diminuição do potencial de violência impresso na comunicação, deixando supor, pois, que uma situação mediada possa apresentar um patamar de violência menor do que uma situação em que regras e soluções são impostas por terceiros autorizados a agir, como na hipótese de processos adjudicativos.¹⁹

- 20 O segundo fator, digamos operacional, é uma consequência direta do primeiro: tendo em vista que esse espaço retórico se define e se fortalece a *contrario sensu* da lógica utilizada pela justiça dos tribunais e representa um giro copérnico em relação ao sistema silogístico que é, por excelência, naquele contexto desenvolvido, mais vozes (e vozes diversas) se habilitam para o discurso, apresentando-se como protagonistas (individuais ou coletivos) nesse mesmo espaço. A partir do protagonismo cidadão, a mediação vai se pautar pela legitimidade auferida (ou não) pelos argumentos e pretensões de validade trazidos ao discurso e não por um procedimento previsível de adaptação de uma lei geral a um caso específico.²⁰
- 21 Assim, esse modo de operar é compatível (e mesmo a reverência) com a noção de direito e de internormatividade que evocamos mais cedo, pois atualiza quotidianamente e na presença de todos os interessados a diversidade das normatividades produzidas ou co-produzidas por esses mesmos atores, normatividades estas prontas a se agregarem a sistemas normativos espontâneos, autônomos e marcadamente dialogais.
- 22 Por outro lado, o protagonismo cidadão de que falamos vem se coadunar também com a idéia de que diferentes saberes, diferentes maneiras de conhecer e experimentar o mundo, vão ser removidos de seu cantão de marginalidade, onde a ciência, por princípio, os confina. Noutras palavras, tal protagonismo, podendo trazer a lume a experiência ao mesmo tempo quotidiana e milenar do senso comum, contribui para a criação/reinvenção de pequenas e novas tecnologias (coincidentes ou não com novos direitos), adaptados sob medida ao viver diário.²¹ Simetricamente à lei e à ciência que conformaram e conformam nossa visão de mundo até aqui, a partir de um monopólio restrito a poucos credenciados, confrontam-se essas novas e pequenas tecnologias, engendradas em um contexto amplo, emancipador e desdobrável.²²
- 23 Para inserir o terceiro e último fator, este ontológico, que denuncia igualmente a natureza singular da mediação e viabiliza sua tripla tarefa, vale-se da pergunta seguinte: se a mediação não visa apenas resolver um conflito, o que de fato outra coisa ela pretende? A que anseio ou procura ela responde? Tal questão é, no nosso entendimento, o principal diferencial desta prática. A mediação quer integrar. O que ela propõe é um esforço vigiado, um exercício de tolerância, que tente não somente evitar as derivas, como também representar um canal aberto em que um manancial de cooperação e cuidado recíproco possa emergir. Algumas pistas são trazidas a esse contexto: Etienne Le Roy, ao perscrutar sobre novas funções da mediação, faz corresponder-lhe a noção de boa governança, como um valor fundador da pós modernidade; ao passo que Younes, vislumbrando no mediador um arquétipo do sujeito pós-moderno, pois que consciente de sua própria visão de mundo e capaz de perceber outras visões diferentes da sua, pergunta-se se a mediação, para além de consagrar um certo modo de socialização, é suscetível de favorecer o alinhavo de laços sociais baseado nos princípios do respeito e do reconhecimento.²³ Ao pensar nas características que atribuímos à mediação (o testemunho ao pluralismo e à internormatividade; o caráter dialogal; o campo retórico alargado; o protagonismo cidadão), acreditamos que sim, que não só ela possa fazer frente ao desafio de integrar, como que tal integração faça parte constitutiva e central do seu conceito e se refira a uma integração no sentido forte, qualificada em reconhecer e tolerar, pois atenta tanto às diferenças quanto às semelhanças. A mediação, como canal integrador, poderá, nestes termos, ao invés de perguntar se é possível a igualdade na diferença (acentuando a improbabilidade da igualdade), afirmar ser possível algumas diferenças na igualdade

(reforçando a possibilidade e premência do respeito, do reconhecimento e da tolerância). A observação concreta de alguns exemplos deixa sondar e augurar essa possibilidade.

5. Para fazer operar o conceito: a mediação em alguns exemplos

- 24 O Brasil é um país de um sincretismo religioso indiscutível. Em Olinda, por exemplo, no nordeste de seu território, a população é quotidianamente confrontada com todo o tipo de manifestação de fé: pela manhã tem-se o carrilhão das igrejas católicas, à tarde, as pregações e palmas evangélicas e, à noite, ressoam na velha cidade os tambores da umbanda.²⁴ Neste contexto de antagonismos, movimentação e barulho, os fiéis de uma determinada crença facilmente se exasperam com os das outras. Sem falar nos ateus, que imunes ao feitiço das religiões, amaldiçoam todas elas. Entre a igualdade de poderem todos celebrar e o direito de cada um expressar sua fé específica, há que se encontrar um meio caminho para que toda uma população se beneficie e possa continuar. Já que estarão lá, como sempre estiveram, as gentes. Testemunhas ideais, líderes comunitários, os próprios representantes desses diferentes credos são todos e cada um potenciais agentes em torno de um compromisso que torne mais viável e harmonioso o viver comum.²⁵
- 25 Em um outro contexto, evoca-se o exemplo de algumas escolas francesas, em que, não raro, crianças, filhas de franceses, convivem com outras crianças - não menos francesas que as primeiras - filhas de imigrantes. Ainda que estas estejam inseridas e educadas em um contexto sócio-cultural bastante diverso daquele de seus pais, uma expectativa e direito legítimos (ainda que possam parecer rarefeitos e supérfluos aos olhos de alguns se comparados a direitos mais “importantes”, com mais “pedigree,” como a cidadania ou o trabalho) de terem o passado paterno/materno evocado e reconhecido como um momento decisivo de suas histórias, em que se buscou uma vida melhor, em que se enfrentou dificuldades e separações, enfim, em que foram, homens e mulheres, muito mais do que simples invasores, usurpadores da cultura ocidental.²⁶ Os professores, por exemplo, mas não somente, seriam legítimos caucionadores de um gesto educacional sadio de troca e integração, que envolvesse pais, alunos, comunidade escolar, enfim.
- 26 Ainda neste diapasão, é de se recordar o ocorrido na Nova Caledônia, indicado por alguns como das mais bem sucedidas mediações na história francesa recente.²⁷ Colônia desde meados do século XIX e hoje território anexado à França (segundo um *status sui generis*), este arquipélago cravado na região Melanésia no Pacífico Sul, viu-se, sobretudo a partir dos anos 80, às voltas com uma disputa que dividiu ao meio a região e desencadeou uma onda de violência de parte a parte. De um lado, os que clamavam por autonomia e se posicionavam pela independência do jugo francês; de outro, os que, leais à bandeira tricolor, reivindicavam a manutenção do vínculo. A região, embora mergulhada em uma guerra civil, acolheu o que se chamou de a “Missão do diálogo”, levada a cabo por um grupo bastante heterogêneo, formado por representantes da sociedade civil francesa (dentre os quais um padre católico, um protestante, um maçom e três políticos). Todos, por um motivo ou outro, concernidos pela questão caledoniana, para lá foram, na tentativa de identificar o que estava em jogo e tentar contribuir para que os habitantes conseguissem responder a duas questões centrais: “Como vocês vêem a situação?”; “Um futuro é possível? E em que condições?”.²⁸ Tais negociações estariam na origem do Acordo de Matignon de 1988, que, ao tentar impedir o recrudescimento de ódios raciais, visou

propiciar uma descolonização gradual durante um período de dez anos, ao final de que a população votaria contra ou a favor de sua autodeterminação.²⁹

- 27 Do outro lado do mundo, mas nem tão longes assim da Nova Caledônia, dois vizinhos de uma favela brasileira se desentendem em função de uma razão mais trivial, mas não menos incômoda: o volume do som. A vida em favela obriga a uma coexistência muito próxima, quase fusional, entre famílias diferentes que se amontoam em pequenas casas geminadas umas às outras. Para o vizinho do primeiro andar, que trabalha doze horas diárias durante o turno da noite, o dia e a tarde são períodos de descanso e refazimento. Para o vizinho de baixo, que mantém um bar logo na entrada de casa, esse horário é precioso para, de outro modo, garantir o ganha-pão e alimentar a família: o bar vende mais quando os clientes se embalam pela música e se esquecem dos revezes do dia-a-dia. Sem mais, a animosidade está armada. Encantoados lado a lado, cada um com sua razão justificada e sua fúria incontida se vêem obrigados a alinhar um compromisso, antes que as descortesias e as pequenas violências diárias se degridem em uma ruptura intransponível.³⁰
- 28 Tais exemplos, sejam os mais vultosos, sejam os mais corriqueiros, testemunham igualmente sobre uma face escondida da mediação, que reafirma a natureza singular e pouco investigada desta prática. Não mais confinada à questão do acesso à justiça, a mediação quer responder a questões que não se colocariam à justiça dos tribunais ou não se responderiam por ela (ou somente por ela).³¹ Os casos abrem margem, cada um à sua medida, para que a mediação tente cumprir com a tarefa tripartida que anunciamos mais acima, qual seja, a de aliar à administração de um conflito, o potencial autônomo de indivíduos e grupos e o equilíbrio entre pretensões que se justificam tanto sob o espectro da igualdade como da diferença.
- 29 Os casos dos vizinhos na favela ou das diferentes igrejas em Olinda, além de exigirem o exercício e a mobilização cidadã em torno de um interesse comum, podem levar os envolvidos a transigirem e negociarem tanto sobre os *topoi* vigentes (como o da equidade, da boa vizinhança ou da justiça), quanto sobre as regras formais de direito, tal como a que proíbe estritamente o barulho desmesurado após as 22 horas. Podem, sobretudo, inspirar uma fórmula intermediária, em que se leve em conta as duas argumentações, sem que nada lhes pareça estranho ou inapropriado. Se um consenso se anuncia improvável, tais ferramentas tendem a arrefecer a conflituosidade e convidar os moradores a um pacto renovado.
- 30 O contexto dos filhos de imigrantes nas escolas francesas ou o sucedido em Nova Caledônia expõem igualmente a premência da participação de parte a parte, enquanto reclama que uma tal participação seja qualificada a ponto de identificar - respeitando - as - igualdades diferentes e diferenças iguais. Entre kanaks e caldoches, entre filhos de imigrantes e filhos de franceses, um lugar de mediação comunica tanto as proximidades quanto as distâncias culturais; este lugar, por si só, alerta para o fato de que se a erva ultrapassa para o lado vizinho é porque existe um muro em comum. E todos os muros e cortinas que já construímos até hoje entre os homens trazem essa dimensão intrinsecamente paradoxal. Os exemplos pululam em todos os contextos e culturas e o desafio de compreendê-los se impõe inevitavelmente.

6. Conclusão: a terceira margem

- 31 O mediador Six afirma que a mediação evoca um código ternário (e isso também testemunha sobre sua natureza singular), diferente daquele em que opera a justiça tradicional, este binário, em que necessariamente haverá vencedores e perdedores.³² A contemporaneidade ela mesma, imersa em seus cenários plurais, polifônicos e heterogêneos, parece ter hoje a marca distintiva do 3 e não mais do 2, pois que os reducionismos só fizeram até aqui separar, onde se poderia unir; discriminar onde se poderia reconhecer.
- 32 Se pensarmos no conto “A Terceira Margem do Rio” do escritor brasileiro João Guimarães Rosa, poderemos igualmente imaginar um lugar médio, que não se conhece, nem se pode de maneira clarividente ver ou tocar. Que é só risco e promessa, mas implacável, como o próprio curso do rio.
- 33 Ao perguntarmos, pois, sobre o lugar da mediação entre igualdade e diferença, é sem hesitar que responderíamos que seu lugar é aquele intermediário – metalinguisticamente calculado e justificado – em que o Outro é também um Mesmo.³³
- 34 Em meio à infinitude de definições e classificações, tentamos neste espaço explicitar um conceito de mediação propício à realização não só de um diálogo intercultural, mas social e interpessoal. Essa prática, tal como apresentada, assemelha-se à época contemporânea, para alguns pós-moderna, que, marcada por toda sorte de questionamentos, fraturas e ruínas de velhos parâmetros, é, sobretudo, um lugar intermediário, de transição entre um momento histórico e outro, e por isso, também aposta e construção do que é novo, do que é renovado.
- 35 Atenta aos riscos e dificuldades que se anunciam, a mediação, contudo, tem diante de si um arsenal de ferramentas capazes de, eventualmente, realizar seu potencial integrador a partir de, em meio à cacofonia, atender à necessidade global de enriquecer processos de comunicação, inclusão e reconhecimento (homogeneidade) e uma busca constante – em meio ao uníssono do imperativo de viver em sociedade – pelo respeito à subjetividade e identidade, seja ela ideológica, cultural ou religiosa (diversidade).

BIBLIOGRAFIA

Arnaud, André-Jean e Dulce, Maria José Fariñas (1996), *Sistemas Jurídicos: elementos para un análisis sociológico*. Madrid: Universidad Carlos III.

Cooley, John W. (2001), *A advocacia na mediação*, Tradução René Loncan. Brasília, Editora UnB.

Faget, Jacques (2002), “Accès au droit et médiation”, in Carole Younes e Etienne Le Roy (orgs.), *Médiation et diversité culturelle*. Paris, Karthala, 39-43.

Ferraz, Léslie Sherida (2008), “Efetividade nos Juizados Especiais Cíveis brasileiros : uma análise empírica”, in *Social Science Research Network*, disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1133662.

Fisher, Roger et al. (1994), *Como chegar ao sim: negociações de acordos sem concessões*. Tradução Vera Robeiro e Ana Luiza Borges, 2ª edição, Rio de Janeiro: Imago.

Gustin, Miracy Barbosa de Sousa (1999), *Das necessidades humanas aos direitos. Ensaio de sociologia e filosofia do direito*. Belo Horizonte: Del Rey.

Guibertau, Paul (1998), “Témoignage de médiateurs dans la mission du dialogue”, in Alain Pekar Lempereur (Org.), *Modèles de Médiateurs, médiateurs modèles*. Paris, ESSEC – IRENE, 16.

Hespanha, Antonio Manuel (1997), *Le droit du quotidien, XIXe Conférence Marc-Bloch*, disponível em <http://cmb.ehess.fr/document123.html>

Le Roy, Etienne (2002), “La médiation comme ‘dialogie’ entre les ordonnancements de régulation sociale”, in Carole Younes e Etienne Le Roy (orgs.), *Médiation et diversité culturelle*. Paris, Karthala, 77-100.

Metodologia de Pesquisa do Programa Pólos de Cidadania (1998), *documentação interna*. Memel-Fote, Harris (2002). “O outro e o mesmo”, in Françoise Barret-Ducrocq (org.), *A intolerância, fórum internacional sobre a intolerância*. Tradução Eloa Jacobina. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

Moore, Christopher W. (1998), *O processo de mediação; estratégias práticas para a resolução de conflitos*. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre, Artmed.

Nicácio, Camila Silva (2005), *La médiation sociale: une expérience brésilienne*, tese de mestrado defendida na Universidade Paris III, Sorbonne Nouvelle.

Nicácio, Camila Silva e Oliveira, Renata Camilo (2008), “A mediação como exercício de autonomia: entre promessa e efetividade”, in Maria Tereza Fonseca Dias e Flávio Henrique Unes Pereira (orgs.), *Cidadania e inclusão: estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin*. Belo Horizonte, Forum: 111-120.

Nicácio, Camila Silva (2007), “Violência na televisão: a juventude colonizada”, in *Revista Outro Olhar*, Belo Horizonte: 6, 17-21.

Romão, José Eduardo Elias (2005), *Justiça procedimental: a prática da mediação na teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas*. Brasília: Maggione Editora.

Santos, Boaventura de Sousa (1988a), “Droit: une carte de la lecture déformée. Pour une conception post-moderne du droit”, in *Droit et Société*, 10, 379-405.

Santos, Boaventura de Sousa (1988b), *O Discurso e o Poder: Ensaio Sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), “As tensões da Modernidade : Direitos Humanos, globalização, culturas, interculturalidades, multiculturalismo, ocidente e islamismo”, in *Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros*, Ano 5. 10.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 11-43.

Six, Jean-François (1990), *Le temps des médiateurs*. Paris: SEUIL.

Taylor, Charles (1992), *Multiculturalisme, différence et démocratie*. Princeton, Champs Flammarion.

Younes, Carole (2002), “Médiation, subjectivisation de la norme et décentrage du sujet”, in Carole Younes e Etienne Le Roy (orgs.), *Médiation et diversité culturelle*. Paris, Karthala, 49-65.

ANEXOS

Sites consultados

www.social.org.br/relatorio2002/relatorio027.htm

<http://educacao.uol.com.br/cultura-brasileira/orixas.jhtm>

<http://www.tjap.gov.br>

Observação

A referência à obra “The Law of the Oppressed: the Construction and Reproduction of Legality in Pasargada”, de autoria de Boaventura de Sousa Santos, publicada na *Law & Society Review: The Journal of the Law and Society Association*, Volume 12, Number 1, Fall, 1977, é baseada em uma tradução livre e não autorizada do texto feita pelos pesquisadores do Programa Pólos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais.

NOTAS

1. Em *Multiculturalismo: Diferença e Democracia*, Charles Taylor, ao afirmar o duplo princípio do reconhecimento e da identidade como constituintes basilares da discussão sobre o multiculturalismo, argumenta que “[...] nos tempos pré-modernos, as pessoas não falavam de “identidade” ou “reconhecimento” - não porque não tinham o que chamamos hoje de ‘identidade’ ou porque não dependiam de reconhecimento - mas porque elas tinham poucos problemas para serem sistematizados como tais”. Para Taylor, a época moderna (e o que dizer então da pós-moderna?) não inventou uma necessidade de reconhecimento, mas propiciou o ambiente para que a tentativa de se fazer reconhecer pudesse fracassar. (Taylor, 1992: 53).
2. Conflitos entre flamencos e francófonos na Bélgica; marroquinos e franceses na França; evangélicos e católicos no Brasil apontam para conteúdos e graus diversos de uma mesma variante, segundo a reflexão de Boaventura de Sousa Santos: a dificuldade (ou improbabilidade) de se compreender uma determinada cultura a partir dos *topoi* de outra cultura. Para o autor, “*topoi*” são os lugares retóricos de uma dada cultura, que não carecem ser discutidos ou explicados, posto que funcionam como um pano de fundo implícito, evidente àquela cultura. Se cada cultura fundamenta seu universo de sentido tendo em vista *topoi* específicos, estes ficam frágeis se deslocados para outras culturas que não aquela de origem – o que dificulta a compreensão entre elas. Ao considerar, no entanto, que tal compreensão é possível, embora complexa, o autor propõe um procedimento hermenêutico que apelida de “*diatópico*”, ou seja, “um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra”. (Santos, 1995:8).
3. Dois homossexuais têm o *direito de andar de mãos dadas* nas ruas, tanto quanto dois carecas, com suas cabeças raspadas, *roupas* e *bijuterias exóticas* [...]”, assertivo em sua decisão, o juiz Luís Fernando de Barros Vidal Paulo, prenuncia um olhar institucional atento à diversidade social e interpessoal, ao qual se somou um clamor público igualmente sensível à barbarie ocorrida em Fevereiro de 2000 na cidade de São Paulo, quando Edson Nérís da Silva, ao sair de um bar na companhia de seu companheiro, foi espancado e morto por um grupo de *skinheads*. Em www.social.org.br/relatorio2002/relatorio027.htm, acessado em 18 de julho de 2008.
4. Boaventura de Sousa Santos na esteira do debate aberto pela questão dos direitos humanos como política emancipatória, acredita no envolvimento das diversas sociedades em torno de “valores e exigências máximos, não valores e exigências mínimos”. (Santos, 1995: 6).
5. Sobre tudo no registro norte-americano, cf. Cooley, 2001; Moore, 1998; Fisher, 1994.
6. Arnaud, 1996: 292.

7. Jacques Faget, ao preconizar o acesso ao direito como um acesso à cidadania, chama atenção para esses dois riscos: a multiplicação inescrupulosa de práticas de sub-justiça (“sous-justice”) que ameaça direitos fundamentais e a submissão da mediação à racionalidade jurídica e judiciária, esvaziando-a de sentido. Faget *et al*, 2002: 41.

8. Remetendo-se à Pesquisa Nacional sobre os Juizados Especiais no Brasil, da qual foi sua coordenadora executiva, Lésleie Sherida Ferraz colaciona argumentos, segundo os quais a mediação/conciliação nos juizados podem desequilibrar a relação entre as partes, subjugando os direitos dos economicamente desfavorecidos, o que empiricamente se demonstrou, na pesquisa, no tocante às relações de consumo.

Um dos argumentos é o de Maria Tereza Sadek, que evoca a diferença entre os advogados contratados pelas partes e os advogados dativos, que, ainda que incumbidos de assisti-las na mediação, mostram-se apáticos e desinteressados. Por outro lado, Ferraz explica como o despreparo profissional dos mediadores, a falta de cooperação dos juizes e o caráter obrigatório das mediações contribuem igualmente para desprestigiar e desconfigurar o instituto, relegando-o ao papel de simples primeiro passo em direção ao processo judicial propriamente dito. A essas críticas, soma-se o julgamento severo de Owen Fiss, para quem as mediações atomizam os conflitos, concentrando-os na ótica de indivíduos, mesmo quando se tratam de pretensões claramente coletivas. Também Faget, citado *supra*, denuncia o risco da “individualização e privatização dos conflitos”, o que sufoca a emergência de combates sociais eventualmente oportunos. Sob o argumento de que “mediação” e “conciliação” se distinguem conceitualmente, mas se assemelham na prática verificada nos Juizados Especiais, a autora justifica o uso indiscriminado dos termos. Ferraz, em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1133662, acessado em 22 de julho de 2008.

9. Palestra proferida por Antônio Manuel Hespanha na *Ecole des Hautes Etudes des Sciences Sociales*, EHESS. Em <http://cmb.ehess.fr/document123.html>, acessado em 15 de julho de 2008

10. Na obra *The Law of the Oppressed: Construction and Reproduction of Legality in Pasargada* (1977), em que estuda o pluralismo jurídico em uma favela brasileira, Santos demonstra como expedientes absolutamente informais e tradicionais podem dialogar e coexistir com práticas consagradas dos Tribunais, no que concerne à gerência da vida jurídica. Um contrato de compra e venda de bens imóveis pode prescindir do instrumento público, como de fato o “direito do asfalto” ou do Estado prescreve, mas não concederá certamente a que se deixe de reduzir a escrito (ainda que em uma folha de jornal) o conteúdo de um tal negócio jurídico, assim como o “direito do morro” reconhece. Trechos recolhidos da tradução “oficiosa” do texto em inglês feita pelos pesquisadores do Programa Pólos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais, para uso interno de suas equipes de trabalho.

11. Santos, 1988a: 403

12. Etienne Le Roy, ao identificar pelo menos quatro tipos de ordens jurídicas passíveis de serem encontradas na vida social (a saber: a ordem imposta, negociada, aceita e contestada), afirma que “[...] cada sociedade é uma mistura mais ou menos bem dosada e controlada dessas quatro ordens e que, na época contemporânea, nenhuma sociedade pode ser considerada como aquela que reproduz um modelo que lhe seja próprio ou que se mantenha na sua pureza, nem na França, nem na África, nem na China.” Le Roy, 2002: 85.

13. Six, 1990: 164 e ss.

14. Six, 1990: 176.

15. Sobre a questão, cf. Arendt (1989) *apud* Six. *Op. Cit.*, 155 e ss.

16. Se afirmarmos, com historiadores e antropólogos, que não existe um período *pré-cultural* e que toda cultura vem de uma outra cultura, reafirmamos também o lugar da mediação na tensão entre uma cultura e outra como possibilidade de inspiração, confronto e mudança. O mesmo se diz para o indivíduo que desenvolve sua identidade com os olhos também voltados para sua alteridade, do que o conceito de autonomia é bastante elucidativo: “[...] ser autônomo é saber que se está agindo com um caráter autônomo em relação aos valores do outro. Nesse sentido, entende

-se que a autonomia é uma necessidade humana que se desenvolve de forma dialógica. Especialmente a autonomia crítica desenvolve-se – e nesta acepção é que é própria do humano – tão-somente quando a pessoa é capaz de justificar suas opções e as formas escolhidas para orientar sua vida perante o outro e frente aos valores e regras de seu grupo ou de sua cultura.” Gustin, 1999: 32.

17. Taylor chama atenção para o fato de como o reconhecimento entrou para a agenda de várias correntes políticas como uma necessidade humana vital, a ponto de a negação do reconhecimento ser interpretada como uma forma de opressão. (Taylor, 1992: 41 e ss).

18. Reafirmando o que se disse acima, tal lógica opera, por outro lado, como a alegoria de um processo anterior, em que, sempre se referindo à sua alteridade, o indivíduo constrói, a partir de uma série de negociações, mediações e conciliações, sua própria identidade – aquela mesma que, quando de um revés ou de uma hesitação, pode voltar à mesa das negociações e reivindicar por reconhecimento.

19. Espaço retórico é utilizado por Santos em referência aos discursos jurídicos. Neste sentido, argumenta o autor que : “ [...] a amplitude do espaço retórico do discurso jurídico varia na razão inversa do nível de institucionalização da função jurídica e do poder dos instrumentos de coerção a serviço da produção jurídica.” (Santos, 1988b: 59).

20. Esse argumento lastreia-se na compreensão da mediação como procedimento adequado ao modelo paradigmático do Estado Democrático de Direito, em que o resgate da autonomia dos participantes em decidir sobre um conflito é seu escopo maior. A mediação, ao resgatar a autonomia dos sujeitos, trazendo-os à cena pública para o exercício de uma autonomia privada, torna-os co-autores de direitos, o que atribui legitimidade – e por isso validade – a este mesmo direito. Essa reflexão, baseada no marco teórico-metodológico de Jürgen Habermas, pode ser encontrada nos seguintes registros: Romão, 2005; Nicácio, 2005; Nicácio e Oliveira, 2008.

21. Faz-se referência expressa à Boaventura de Sousa Santos que, ao denunciar o fascismo epistemológico com que a ciência moderna (traduzida pelo “pensamento ortopédico” e pela “razão indolente”) tem subjugado os outros saberes, aponta para a “ecologia dos saberes” como o reconhecimento da pluralidade de saberes existentes no mundo e da impossibilidade de que eles existam (todos e cada um) sem referir-se aos demais, numa relação de comparação que, embora “limitada” (já que é também ilimitada a diversidade epistemológica do mundo), pressiona ao extremo os limites entre um saber e outro, podendo ultrapassá-los ou deslocá-los. Santos, (2008: 28).

22. Outras referências contempladas pela noção de mediação ora apresentada são a “sociologias das ausências” e a “sociologia das emergências”. Ao contrapor-se à ciência moderna, de que a supremacia da lei é um dos corolários, tais noções denunciam que sua “ [...] racionalidade indolente [...] não reconhece e, por isso, desperdiça muita da experiência social disponível ou possível no mundo. Muita da realidade que não existe ou é impossível é activamente produzida como não existente e impossível. Para a captar, é necessário recorrer a uma racionalidade mais ampla que revele a disponibilidade de muita experiência social declarada inexistente (sociologia das ausências) e a possibilidade de muita experiência social emergente, declarada impossível (sociologia das emergências).” (Santos, 2008: 20).

23. Le Roy, 2002: 95 e Younes, 2002: 62 ss.

24. O texto do autor Dias Gomes, O Pagador de Promessas, conta como Zé do Burro, depois que uma tragédia lhe ocorre, faz uma promessa à Iansã, pretendendo pagá-la na Igreja de Santa Bárbara, católica, a quem a divindade do candomblé é normalmente associada no registro sincrético. Em <http://educacao.uol.com.br/cultura-brasileira/orixas.jhtm>, acessado em 26 de julho de 2008.

25. Como “ testemunha ideal ” nos referimos à pessoa ou instituição que, conhecedora de um determinado contexto local (social, político, econômico, religioso etc) e depositária de legitimidade junto à sua comunidade, fosse capaz de chancelar um processo de comunicação em torno de interesses comuns.

Normalmente, em pequenas comunidades, essa testemunha coincide com o líder comunitário ou presidente da associação do bairro. Metodologia de Pesquisa do Programa Pólos de Cidadania, documentação interna.

26. O “direito à memória” (digamos assim, esse direito de “luxo”) foi pungentemente evocado pelo historiador e ensaísta búlgaro-francês Tzvetan Todorov, quando da abertura do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, na sede da UNESCO em Paris, Março de 2008. Ainda sobre a questão dos “novos direitos e novos atores de direito”, cf. Nicácio, 2007, 17 ss.

27. Ao brindar o acontecido em terras melanésias, o mediador Jean-François Six relembra que “[...] dois meses mais tarde (de assinado o acordo), Mikhail Gorbatchev mandava investigar sobre a maneira pela qual foi realizada a “Missão do diálogo” em Nova Caledônia. A missão torna-se um modelo de mediação política”. (Six, 1990:52).

28. Quando perguntado por Jacques Lafleur (líder não-independentista) sobre o “que a França quer”?, o padre católico Paulo Guiberteau responde: “Não sabemos. Não estamos aqui para dizer-lhes o que a França quer: estamos aqui para saber se há uma solução aos problemas que ocorrem na Nova Caledônia. Vocês nos dirão qual será a solução”. (Lempereur (org.), 1999: 16 ss).

29. Apesar de ter sido, à época, considerado como um passo importante em direção à paz local, acontecimentos futuros quebrariam a harmonia precária estabelecida pelo acordo. A sequência é dramática e conhecida de todos: em 1989, Jean-Marie Tjibaou, líder independentista, é tido como traidor por ter avalizado Matignon e é assassinado pelo também independentista kanak, Djubelly Wéa. O referendium previsto para 1998 seria adiado por um novo acordo, o de Nouméa, deixando entrever que uma paz continuada (bem como as mediações que lhe servem de alicerce) merecem um zelo e trabalho diários, sob pena de serem apropriadas por políticos e conjunturas de poder e plantão. Por outro lado, quinze anos após o assassinato do líder Tjibaou, o perdão e a reconciliação entre as famílias, desde então inimigas – os Tjibaou e os Wéa – vieram em forma de procissão, oferenda e cânticos, demonstrando que se a ameaça à paz nos segue de longe, a possibilidade do perdão não está menos atenta. Cf. *Tjibaou, le pardon – Réconciliation en Terre Kanake*, documentário realizado por Gilles Dagneau e produzido por AAA productions, 2006.

30. Caso concreto recolhido dos atendimentos feitos à população do Aglomerado Santa Lúcia, Belo Horizonte, Brasil, pelo Núcleo de Mediação e Cidadania do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Documentação interna.

31. No norte do Brasil, precisamente no Estado do Amapá, algumas iniciativas suscitam curiosidade e reflexão. Dentre elas, destacamos o projeto do *Juizado Itinerante Fluvial*, que tem por objetivo levar a conciliação/ mediação às populações ribeirinhas. O barco leva a bordo juiz, escrivão e outros, funcionários por um percurso de 200 quilômetros ao longo do rio Amazonas. As questões normalmente tratadas são divórcios, casamentos, guarda de menores, pequenas cobranças e briga entre vizinhos. Poder-se-ia dizer que se trata de mais uma tentativa “juridicizante” da parte do direito do estado. Mas, na realidade, esse encontro acontece de maneira diferente. Respeitoso dos costumes locais, tal ritual faz pensar no inesquecível Juge Feng perambulando com seu burrinho pelos platôs chineses. Embora representantes do direito dos tribunais, os dois juizes, o da realidade e o da ficção, estão atentos à uma expectativa maior que é preciso atender: manter a unidade do grupo social, sobretudo quando tudo ao redor parece tão inóspito e selvagem. Em <http://www.tjap.gov.br>, acessado em 29 de julho de 2008.

32. Six, 1990: 165 ss.

33. Memel-Fote, 2002.

RESUMOS

Nas sociedades complexas potencializa-se a possibilidade de dissenso, posto que não se comunga de um olhar unívoco sobre noções como projeto de vida. Duas realidades se sustentam, pois, em precário equilíbrio: a necessidade de processos de comunicação e reconhecimento e a busca pelo respeito à subjetividade e identidade. No rastro de iniciativas sociais, também diretrizes governamentais se inspiram na prática da mediação para fazer frente à conflituosidade em geral. Tal movimento aponta para uma ordem socio-jurídica cada vez mais negociada. Por sua natureza relacional, a mediação parece se inscrever no contexto das grandes promessas de futuro, pois que visa aliar à administração de um conflito o incremento de práticas individuais e coletivas mais autônomas; a necessidade de troca e reconhecimento e a unicidade de cada alteridade em diálogo. Se a busca por consenso é improvável, um lugar intermediário se anuncia em que é possível tanto a homogeneidade quanto a diversidade. A mediação caminha neste sentido como um exercício de tolerância.

ÍNDICE

Palavras-chave: mediação, autonomia, multiculturalismo, internormatividade

AUTOR

CAMILA SILVA NICÁCIO

É graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil; mestre em Sociologia do Direito pela Universidade Paris III, Sorbonne Nouvelle e doutoranda em Antropologia do Direito pela Universidade Paris I, Panthéon Sorbonne. Pesquisadora e sub-coordenadora do Programa Pólos de Cidadania da UFMG, parceiro do CES-América Latina.